

CONSTITUINTE

Empresários criticam Sistematização

por Andrew Greenlees de Brasília

A Comissão de Sistematização da Constituinte foi o principal alvo das fortes críticas produzidas, ontem, por alguns dos principais dirigentes empresariais do País, reunidos em Brasília, para a cerimônia de posse dos membros do conselho consultivo da União Brasileira de Empresários (UBE), entidade fundada, em junho de 1986, pelos presidentes de seis confederações patronais.

"A UBE se sente na obrigação de lançar à Nação, às autoridades constituídas e aos políticos do momento, um alerta contra os perigos que ameaçam a sociedade contra uma tentativa perigosa de subversão da ordem econômica natural, que se esforça em colocar o Brasil na contramão da História", afirmou referindo-se aos trabalhos da Sistematização, o presidente da Confederação Nacional do Comércio e coordenador da União, Antonio Oliveira Santos.

Falando em nome dos 76 membros do conselho consultivo, o empresário Antonio Ermirio de Moraes, do grupo Votorantim, foi aplaudido de pé durante vários minutos após seu discurso, no qual investiu menos contra a Constituinte do que o presidente da CNC. Ermirio preferiu centrar seus ataques no governo federal. "Nenhuma economia se levanta quando o governo insiste em desorganizá-la e esse é o caso brasileiro", disparou o diretor-superintendente da Votorantim, recentemente escolhido pela nona vez consecutiva empresá-

Projeto será lido em plenário

por Cecília Pires de Brasília

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, vai convocar uma sessão extraordinária da Assembleia Nacional Constituinte na próxima terça-feira, para que seja lido em plenário o projeto de resolução do grupo conservador que propõe alterações no regimento, de forma a permitir a apresentação de emendas a capítulos e títulos do substitutivo do relator Bernardo Cabral. Um requerimento neste sentido foi apresentado ontem por representantes do Centro Democrático, que integram o bloco conservador.

Segundo o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, a leitura em plenário é exigida pelo regimento, concomitantemente à entrega do projeto de resolução à mesa da Constituinte. Segundo Sant'Anna, o grupo, que já detém as 280 assinaturas necessárias à proposta de alteração

do regimento, quer que as emendas por ele apresentadas, por serem subscritas pela maioria, tenham preferência sobre substitutivo aprovado na Comissão de Sistematização, que é votado por apenas 47 membros.

O chamado "Centrão", no entanto, é um conjunto de parlamentares em que os interesses são diversificados, grande parte deles contrário à orientação do Palácio do Planalto, de onde partiu a inspiração desse projeto de resolução. Muitos, como o deputado Gastone Righi, líder do PTB na Câmara, não desejam a apresentação de um novo substitutivo no lugar do substitutivo de Bernardo Cabral. "Eu, como a grande maioria que assinou o requerimento, quero apenas o direito de oferecer novas emendas para aperfeiçoamento do texto", disse Righi.

Para acomodar essas pretensões, as lideranças do PMDB na Constituinte comecam a articular, juntamente

com Ulysses Guimarães, um acordo que permita o oferecimento de novas emendas. O líder do PMDB no Senado, senador Fernando Henrique Cardoso, disse que, para esse procedimento, bastará uma decisão da mesa, sem alteração de regimento, abrindo um prazo de 48 horas depois da entrega do substitutivo aprovado pela Comissão de Sistematização para apresentação de emendas que inovem quanto às matérias já aprovadas no substitutivo de Cabral.

Fernando Henrique acredita que essas emendas poderão referir-se a artigos e capítulos, nunca a títulos e não vê nenhum problema em aumentar o número delas, aumentando os trabalhos. "Se já temos 30 mil emendas, qual o problema de termos mais 10 mil?", indagou. A possibilidade de serem emendados capítulos inteiros não agrada a muitas lideranças do PMDB. O deputado Pimenta da Veiga, por exemplo, é contrário à

medida. "Para substituir capítulos inteiros, eu não aceito", Pimenta, ao contrário de Fernando Henrique, vê nisso uma possibilidade de se apresentar um substitutivo inteiro, como deseja o governo, alterando tudo o que já foi aprovado na Sistematização. Vários parlamentares do "Centrão" já admitem, no entanto, em conversas reservadas, que o acordo poderá sair sem apresentação de emendas para capítulos.

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, acredita que o risco de ser apresentado um substitutivo inteiro para derrubar o projeto Cabral já está praticamente afastado, especialmente se Ulysses Guimarães, que já falou com o próprio Covas a respeito, decidir abrir espaço para emendas antes de o substitutivo ir a plenário. Covas acredita que, se o "Centrão" reuniu 280 assinaturas para o projeto de resolução, o mesmo não ocorrerá na hora de apresentar emendas.

rio do ano, em votação realizada pela revista Balanço Anual.

Depois da cerimônia, em entrevista, Antonio Ermirio defendeu a realização de eleições presidenciais "o mais breve possível" e apressou-se em descartar qualquer intenção de disputar a sucessão do presidente José Sarney. "Está na hora de o governo emagrecer", sustentou ainda o empresário em seu

discurso. Para atingir este objetivo, a seu ver, a Assembleia Nacional Constituinte deve estruturar um governo voltado ao saneamento básico, à saúde e à educação fundamental do povo. "Deixem a iniciativa privada em paz", completou, mais adiante. Ermirio citou ainda diversas cifras sobre a incidência de doenças como malária e febre amarela no Brasil, "números que aumentam a cada

dia enquanto o governo se entrega às alquimias para preservar o poder".

A exemplo de todos os empresários presentes — eram cerca de 250 no auditório da Confederação Nacional do Comércio — Antonio Ermirio abriu baterias contra o tratamento dado pela Comissão de Sistematização à questão da estabilidade no emprego.

"Não somos como aqueles que só conversam com

trabalhadores de quatro em quatro anos", disse, referindo-se ao intervalo de realização de eleições. "Eles (os trabalhadores) já descobriram que a estabilidade irá jogá-los numa armadilha ardilosa que só servirá de apoio para os que são incompetentes e preguiçosos.

Antonio Oliveira dos Santos, da CNC, encarregou-se de enumerar os demais pontos que, aprovados pela Sistematização, descontentam o empresariado, sempre frisando tratarem-se de "ameaças" ao País: "O pagamento das horas extras em dobro, restrições para os contratos a termo, proibição de empresas intermediarem a prestação de serviços, não prescrição do direito trabalhista, restrições ao direito de propriedade e outros dispositi-

vos pseudoprotecionistas, como a esdrúxula exigência de 10% de funcionários com idade superior a 45 anos". Ainda segundo o coordenador da UBE, a liberdade de greve aprovada na Comissão "poderá representar um convite à irresponsabilidade".

Mas os empresários deixaram claro que não pretendem ficar apenas nas críticas. "Vamos mostrar ao poder político nossa unidade e nossa vontade, sem pressões", avisou, por exemplo, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Mário Amato. "Queremos reformular as relações institucionais", acrescenta Amaury Temporal, presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil. "Mas isso precisa ser feito com determinados objetivos e não nos parece que tenha havido sorte nos ingredientes surgidos até agora".

"Respeitemos as decisões da Constituinte, mas temos direito de lutar até o fim", comentou Antônio Ermirio, para quem o objetivo da UBE consiste em "dialogar sobre fatos concretos com todos os constituintes, independentemente de áreas ideológicas". "Não abriremos mão dos princípios da livre empresa", diz, por sua vez, o presidente da Sociedade Rural Brasileira, Flávio Telles de Menezes. "E preferível perdê-las a negociá-las". Para Paulo Francini, diretor da FIESP, o discurso de Antonio Ermirio representou a "exaustão" do empresariado.

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), senador Albano Franco (PMDB-SE), descartou qualquer possibilidade de a UBE vir a utilizar seus meios financeiros para influenciar diretamente os resultados das votações na Constituinte. "Desafio qualquer um a mostrar isto", disse Franco.

"Sarney aprova o movimento"

por Edson Beú de Brasília

O governo nega publicamente qualquer participação no movimento parlamentar que está tentando mudar o regimento da Constituinte, de modo a possibilitar a apresentação de um projeto substitutivo ao do relator Bernardo Cabral. Mas, por meio de alguns de seus interlocutores, o presidente José Sarney vem dando sinais evidentes de que a iniciativa é de seu agrado. "O presidente está vendo com bons olhos o movimento", disse, por exemplo, o deputado Milton Reis, secretário ge-

ral do PMDB, ao sair de uma audiência no Palácio do Planalto, na manhã de ontem.

O pemedebista mineiro comunicou ao presidente que o grupo, do qual faz parte, já contava com 282 adesões naquela manhã e que esperava encerrar o dia com mais de trezentas assinaturas, endossando a proposta de mudança. Sarney, segundo Reis, manifestou-se favorável à idéia de tornar o regimento "mais elástico" no plenário, permitindo, fundamentalmente, a apresentação de emendas em forma de títulos ou capítulos. O deputado explicou ao presidente

que o movimento não tem por finalidade entrar em confronto com a Comissão de Sistematização, com a Assembleia Nacional Constituinte ou com seu presidente, o deputado Ulysses Guimarães. Ao contrário de caracterizar um ato de força, o deputado argumentou que "a mudança é para libertar o plenário". "Acho que você está certo", teria respondido o presidente, segundo o mesmo relato.

A tarde, o ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Prisco Viana, um dos nomes mais sintonizados com o pensamento de Sarney, ao final da cerimônia em que o presidente da República assinou decretos, criando as fundações Pró-leitura, Nacional de Artes Cênicas e do Cinema Brasileiro, admitiu: "Esse movimento pode dar uma sensível segurança ao ambiente político e ao governo". O ministro vê a mobilização dos parlamentares como "um fato político novo e importante", que consolida uma unidade ideológica de "centro". A formação desse grupo, na avaliação de Prisco Viana, poderá garantir "estabilidade política



Prisco Viana

ca ao governo, dando-lhe condições de operar melhor em todas as frentes".

Prisco justifica sua opinião favorável à mudança do regimento interno da Constituinte, afirmando: "A verdade é o plenário. Não a Comissão de Sistematização". O ministro, que até há poucos dias labutava na Constituinte como deputado pelo PMDB baiano, está convicto, assim como o governo, de que os 93 integrantes da Comissão de Sistematização não expressaram a vontade da maioria dos 559 constituintes, aprovando o parlamentarismo.

Comissão rejeita aumento do número de deputados

por Euclides Torres de Brasília

Uma das mais ardorosas vontades dos políticos paulistas foi contrariada ontem no plenário da Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte quando a emenda do deputado Haroldo Sabóia (PCB-BA), propondo o aumento do número de deputados na Câmara Federal foi rejeitada por 52 votos contra 37 e 3 abstenções. O plenário aprovou por 61 votos contra 27 e 3 abstenções a emenda dos constituintes Brandão Monteiro (PDT-RJ) e Enoc Vieira (PFL-MA) instituinte do voto proporcional para a eleição dos deputados federais.

A emenda aprovada alte-

ra o artigo 52 do substitutivo do relator Bernardo Cabral, que fica com a seguinte redação para ser levada ao plenário da Constituinte: "A Câmara Federal compõe-se de representantes do povo eleitos por voto igual, direto e secreto em cada estado, território e Distrito Federal, dentre cidadãos maiores de 21 anos e no exercício dos direitos políticos, através do sistema proporcional".

O constituinte Haroldo Sabóia propôs o aumento do número de deputados federais de 487 para 542, numa iniciativa que, num primeiro momento, permitiria à bancada de São Paulo aumentar o número de deputados federais dos atuais 60 para 80.

SÃO PAULO

Feldman insiste na conta secreta de Jânio Quadros

por Adriana Vera e Silva de São Paulo

O vereador Walter Feldman (PMDB-SP) apresentou ontem à imprensa um bilhete supostamente do prefeito de São Paulo, Jânio Quadros, dando orientações sobre a movimentação de uma conta bancária em Genebra.

O bilhete está num papel timbrado da residência de Jânio no Guarujá, é datado de dezembro de 1983 e nele o prefeito ordena o fim de um depósito mensal para sua filha Dirce Maria Tutu Quadros e outras medidas para a movimentação de uma conta bancária. A carta está escrita em inglês, tem a assinatura do prefeito e é dirigida a Günter Woernie que, pelas pesquisas de Walter Feldman, é gerente do Citycorp para as Américas.

O bilhete faz também referência a uma segunda conta do prefeito, esta na sede de Genebra do banco inglês Barclay's. Segundo Feldman, que vem denunciando uma conta secreta de Jânio Quadros na Suíça desde o dia 28 de outubro, "este e os outros documentos que provam a existência da conta chegaram a mim através do correio. São cartas anônimas que recebo porque já sou conhecido como opositor sistemático do prefeito".

Jânio respondeu à acusação de Feldman com uma carta em que chama o vereador de "animal" e pragueja: "Quero vê-lo de camisa listrada na penitenciária do estado, com o número de minha suposta

conta, de preferência, ao peito".

Feldman disse não ter conhecimento da resposta do prefeito. "E bom ele não escrever do próprio punho, senão a gente transforma esta carta em padrão de confronto grafológico."

No final da tarde, Jânio divulgou um novo comunicado no qual avisa seus advogados de que "o grafotécnico Del Picchia, apresentado pelo vereador Feldman, já foi acusado de vários crimes no Estado do Paraná".

O grafotécnico citado examinou três documentos escritos pela esposa de Jânio, D. Eloá — entre eles uma receita de capuccino —, e comprovou que a grafia era a mesma do autor de um bilhete dirigido a "Dirce Maria", em que era citada a conta de nº 333.082 PWJ no Citycorp de Genebra. Além desses documentos, Feldman está usando no processo contra Jânio papéis sobre a transferência de US\$ 2.500 de fundos do City Bank da Suíça para o University State Bank, de Houston, nos Estados Unidos.

O vereador levará as denúncias para a Receita Federal e para a Justiça Eleitoral, acusando Jânio de fraude eleitoral, porque não apresentou as contas enquanto candidato e de sonegação fiscal. Ontem à tarde o vereador esteve reunido com o procurador geral eleitoral, Antonio Carlos Mendes, e hoje tem audiência marcada com o secretário nacional da Receita Federal, Antonio Augusto Mesquita.

Criado o Conselho Nacional de Justiça

por Euclides Torres de Brasília

Enfrentando fortes pressões de integrantes do Poder Judiciário, o plenário da Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte aprovou ontem a criação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e também aprovou emenda do substitutivo em que atribui às Constituições estaduais a definição de competência dos juizes e tribunais nos estados.

A criação do Conselho Nacional de Justiça foi aprovada ontem à tarde por 80 votos contra 10 e 3 abstenções, sendo acolhida a emenda de José Maria Eymael (PDC-SP). De manhã, uma emenda supressiva do deputado Gerson Pires (PDS-PA) não alcançou quórum para aprovação, mas a sessão foi de tal maneira assediada porlobistas do Poder Judiciário que a mesa restringiu seu acesso ao plenário.

CONSELHO VAI JUDICIÁRIO

A deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) criticou violentamente as pressões, classificando-as de "intromissão de juristas e juizes que se comportaram como bicheiros a cabalar votos". O texto da emenda aprovada é o seguinte: "O Conselho Nacional de Justiça é o órgão de controle da atividade administrativa e do desempenho dos deveres funcionais do Poder Judiciário e do Ministério Público. Lei complementar definirá a organização e o funcionamento do Conselho Nacional de Justiça".

O presidente da Ordem

dos Advogados do Brasil (OAB), Marcio Thomaz Bastos, em entrevista a este jornal, considerou uma vitória a criação do CNJ, argumentando que um poder não pode ficar fora de controle exterior a ele.

TRIBUNAIS E JUIZES ESTADUAIS

O plenário da Comissão de Sistematização também aprovou emenda do deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), prestigiando as Assembleias Legislativas, ao estabelecer que a competência dos tribunais e juizes estaduais será definida pela Constituição dos estados. A mesa diretora da Comissão de Sistematização admitiu que a emenda sanava falha no texto do substitutivo. O plenário aprovou a emenda por 89 votos, 1 só contrário. Uma outra emenda que estipulava aposentadoria aos 25 anos para as mulheres juizes foi rejeitada.

Também não passou uma emenda supressiva do deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ) que eliminava a expressão "20 mil integrantes" como o número mínimo necessário para a criação de Justiça Militar nos estados. Com essa rejeição, prevalece o texto do substitutivo que possibilita a criação de Justiça Militar Estadual somente nos estados em que o efetivo da Polícia Militar seja superior a 20 mil integrantes; O senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) argumentou que os estados poderão alocar os efetivos das polícias militares para ter o número legal para constituir Justiça Militar Estadual.